

**Ministério da Cultura  
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)****Dados da organização:**

- **Nome:** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)
- **Endereços:**  
Brasília: SBS Quadra 1/Bl. J - Ed. BNDES - Brasília DF – Cep. 70076-900  
Rio de Janeiro: Av. Presidente Antônio Carlos, 51 – Rio de Janeiro RJ  
Cep. 20020-010
- **Site:** [www.ipea.gov.br/portal](http://www.ipea.gov.br/portal)
- **Email:** faleconosco@ipea.gov.br
- **Tipo de organização:** Fundação pública federal
- **Características da organização:**  
Vinculada ao Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, a fundação realiza estudos e pesquisas que fornecem suporte técnico e institucional às ações governamentais para a formulação de políticas públicas e programas de desenvolvimento.

**O Financiamento das Políticas Culturais****Nome do programa ou pesquisa:**

O Financiamento das Políticas Culturais (IPEA/DISOC)

**Referência bibliográfica:**

BARBOSA, Frederico. O Financiamento das Políticas Culturais, 1995-2002. In: BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto de Pesquisas Econômicas. *Economia e política cultural: acesso, emprego e financiamento*. Brasília: Ministério da Cultura, 2007, p. 176-196. (Cadernos de Políticas Culturais, v. 3).

**Locais para consulta:**

Publicação impressa disponível para consulta no Itaú Cultural. Disponível no Portal do IPEA - [www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/cadvol3.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/cadvol3.pdf) (A pesquisa é o capítulo 6 da publicação)

**Palavras-chave:**

Financiamento da cultura

Lei de incentivo à cultura

**Sinopse:**

A pesquisa integra um conjunto de análises que vêm sendo empreendidas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em parceria com a UNESCO e o Ministério da Cultura, com o intuito de produzir informações sobre o setor cultural no Brasil. Dimensionar e analisar os dispêndios culturais do Estado é uma maneira de quantificar o esforço e a qualidade da atuação pública no fomento e apoio a certas necessidades culturais, avaliando se são adequados e suficientes. Neste estudo, foram analisados dois mecanismos do sistema de financiamento cultural de âmbito federal: os recursos orçamentários (recursos destinados ao Fundo Nacional de Cultura e às instituições federais de cultura – MinC, institutos e fundações); e os incentivos fiscais (recursos fiscais que o Estado deixa de arrecadar e recursos adicionais próprios de empresas).

**Concepção de cultura:**

O estudo teve como foco o 'sistema de financiamento cultural' de âmbito federal, que se dá por três mecanismos:

- Recursos orçamentários – Recursos destinados ao Fundo Nacional de Cultura (FNC) e recursos orçamentários das instituições federais de cultura (MinC, institutos e fundações).
- Incentivos fiscais – Facultam às pessoas físicas e jurídicas a opção pela aplicação de parcelas de impostos devidos para doação e apoio direto a atividades culturais. Uma parte desses recursos é recurso fiscal que o Estado deixa de arrecadar, a outra é um montante de recursos adicionais próprios das empresas.
- Os fundos de investimento Ficart e Funcine, regulados pela CVM. Os fundos de investimento foram pouco efetivos até o momento, embora guardem grande potencial para o aporte adicional de recursos para a cultura. Uma vez que esses fundos merecem análises particulares, não foram objeto de atenção neste estudo.

**Objetivos:**

- Produzir informações sobre o setor cultural no Brasil.
- Dimensionar e analisar os recursos federais.
- Descrever os mecanismos e a estrutura do financiamento federal à cultura, isto é, o papel dos recursos públicos federais e das leis de incentivo.
- Caracterizar as heterogeneidades regionais quanto aos recursos públicos das diversas esferas de governo destinados para a área.

**Metodologia:**

- Não é mencionada.

- **Áreas de cobertura:**
- Sistema de financiamento federal à cultura – Incentivos fiscais e recursos orçamentários.
- **Abrangência geográfica:** Nacional.
- **Unidade de investigação:**  
Receitas orçamentárias e renúncia fiscal (via incentivos fiscais à cultura).
- **Abrangência temporal:** 1995-2002
- **Ano-base:** 1995-2002
- **Ano de publicação:** 2007
- **Instrumentos de coleta e processamento de informações:**
  - IPEA/DISOC – Diretoria de Estudos Sociais: processamento das informações extraídas de diversas fontes (abaixo indicadas).
- **Fontes de dados:**
  - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) <sup>1</sup>
  - Sistema Integrado de Dados Orçamentários (SIDOR)
  - Ministério da Cultura (MinC)
  - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

#### **Disseminação das informações:**

- Portal do IPEA - <http://www.ipea.gov.br/default.jsp>

#### **Detalhamento das informações sobre cultura:**

- Nos primeiros anos do governo Fernando Henrique Cardoso, houve um alavancamento dos recursos, em comparação com o governo Itamar Franco. Nos anos seguintes, a partir de 1995, os recursos orçamentários mantiveram-se relativamente estáveis, com crescimento em torno de 1% ao ano no período, sendo que as maiores variações negativas coincidiram com o período de crise em 1997/1998 e em 2002, ano da eleição do Governo Lula, com uma queda de 23% em relação a 2001 e 6,8% em relação a 1995.

---

<sup>1</sup> O SIAFI é o principal instrumento utilizado para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Governo Federal.

- Os recursos da modalidade “incentivo fiscal” também sofreram oscilações. A partir de 1995, as leis de incentivo foram sucessivamente alteradas, o que gerou aporte de recursos e algumas distorções com relação aos objetivos iniciais, em especial com a redução do aporte de recursos próprios das empresas. O aumento dos recursos coincide com a dedução de 100% em 1997 e 2001 e os momentos de queda seguem o padrão das crises, mas a queda dos recursos incentivados é maior do que a verificada para os recursos orçamentários.
- Os recursos financiados pelas leis de incentivo praticamente correspondem a mais da metade dos recursos públicos federais. Ressalte-se que a demanda por financiamento não foi satisfeita, na medida em que dos 17.356 projetos apresentados entre 1996 e 2000, 77,5% foram aprovados e, desses, apenas 30% conseguiram captação. Ainda assim, as empresas públicas constituíram-se nos principais incentivadores na área cultural (por exemplo, uma única empresa estatal participou com aproximadamente 45% dos recursos incentivados em 2002).
- Os recursos concentraram-se em poucas empresas, sendo que 17 delas responderam por 61% dos recursos incentivados (2002) e ainda concentram-se na região Sudeste (84% em média, no período).
- Os incentivos fiscais totais cresceram a uma média anual de 1%, chegando em 2001 a R\$ 632,2 milhões, embora em 2002 esses recursos tenham sido menores do que em 1995. Enquanto isso, a renúncia fiscal teve a taxa de variação média anual de 1,1%, sendo que apenas em 2002 observa-se um valor menor do que aquele do ano imediatamente anterior, ou seja, o crescimento da renúncia fiscal foi constante durante o período.
- O adicional do empresário, o que os especialistas chamam de “dinheiro novo”, decresceu durante o período. Correspondia a 66% dos recursos incentivados em 1995 e declinou para uma participação de 23,7% em 2002, sendo que a taxa média anual de crescimento foi de 0,9% no período. Em 1995, o adicional do empresário estava na ordem de R\$ 283,6 milhões e em 2002 caiu para R\$ 99,8 milhões. Em comparação com os recursos totais (incentivados + orçamentários), chega a 2002 com participação de 12,6%, em contraste com a participação de 34,2% em 1995.
- A Administração Direta (MinC e Fundo Nacional de Cultura) apresenta uma taxa de crescimento médio anual de 1,05%. Em nenhum ano teve execução inferior a 1995 e sua participação nos recursos do Sistema MinC aumentou de 35,2%, em 1995, para 43,7%, em 2002.
- A Administração Indireta (Iphan, FCP, Funarte, Casa de Rui Barbosa) tem uma participação média de 55,6% nos recursos do Sistema MinC, um

nível inferior à participação de 64,8%, em 1995. Os recursos foram sempre inferiores aos recursos de 1996 (em 2002, eram 19% menores do que em 1995).

- O Fundo Nacional de Cultura (FNC) teve seus recursos aumentados no período. Em 2001, o FNC era quase o triplo de 1995. O crescimento médio anual do fundo foi de 1,2%. Pode-se dizer que o FNC, mesmo com os contingenciamentos, foi o dispositivo central para compensar o comportamento declinante dos recursos orçamentários.
- Recursos públicos orçamentários totais – Distribuição do gasto cultural entre as esferas de governo e as heterogeneidades regionais:
  - A esfera municipal de governo foi responsável por aproximadamente R\$ 1 bilhão, em 2002, desempenhando papel fundamental no fomento da vida cultural. Esse montante representa 51% dos dispêndios totais, significativamente superiores ao aporte dos estados, que alcançou 36%. A participação relativa federal nos dispêndios culturais é bastante reduzida.
  - A participação municipal nos dispêndios culturais é mais significativa nas regiões Sudeste e Sul, onde ultrapassa 60%, enquanto, na região Nordeste, é responsável por mais da metade dos recursos aplicados. Por sua vez, a participação dos estados é relativamente mais importante nas regiões Norte e Centro-Oeste.
  - Outro aspecto relevante é a concentração dos recursos na região Sudeste, que alcança 54% do total dos dispêndios municipais e 42% dos estaduais. Essa região também é a principal beneficiária da transferência de recursos federais.

## ANEXOS

1. Evolução jurídico-institucional da área federal de cultura
2. Ministério da Cultura: detalhamento da execução orçamentária, segundo as fontes
3. Ministério da Cultura: detalhamento da execução orçamentária, segundo participação das fontes
4. Ministério da Cultura: distribuição percentual da execução orçamentária por categoria econômica
5. Ministério da Cultura: execução orçamentária por categoria econômica